



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000287038

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001176-42.2017.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes RENATO DEL DUQUE (E OUTROS(AS)), JOELSON SOUZA DOS SANTOS, JOSUE ALVES DE ANDRADE, SAMUEL GONÇALVES DE PAULA, LEANDRO CARVALHO DULTRA, ROBSON SANTANA DA SILVA, FERNANDO COSTA DE OLIVEIRA, FERNANDO DE LUCA, NILSEIA DE MEDEIROS DE LUCA e LUCILENE RODRIGUES DE AZEVEDO, são apelados ESTADO DE SÃO PAULO e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso, com determinação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores EDSON FERREIRA (Presidente), SOUZA MEIRELLES E SOUZA NERY.

São Paulo, 26 de março de 2025.

EDSON FERREIRA

Relator

Assinatura Eletrônica



VOTO Nº 46366

APELAÇÃO Nº 1001176-42.2017.8.26.0053 (autos digitais)

COMARCA: SÃO PAULO

APELANTES: RENATO DEL DUQUE (E OUTROS)

APELADOS: ESTADO DE SÃO PAULO E SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

APELAÇÃO. *Policiais militares. Quinquênios e sexta-parte. Diferenças de lustro anterior a mandado de segurança coletivo. Suspensão determinada no IRDR, Tema 18. Durante a suspensão, firmou-se entendimento pela divisão do valor da causa entre o número de coautores, para aferição da competência do juizado especial. IRDR, Tema 17. Curso retomado. Ação ajuizada em 2017, por dez autores, valor da causa de sessenta mil reais. Divisão do valor da causa pelos autores resulta inferior a sessenta salários-mínimos, dentro do limite de alçada do Juizado Especial, sem motivo de exclusão. Competência de natureza absoluta, não sujeita a preclusão, devendo ser reconhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição. Código de Processo Civil, artigo 64, § 1º. Recurso não conhecido, com determinação de remessa para o correspondente colégio recursal, sem anular a sentença, para deixar àquele órgão o exame da possibilidade de aplicar a Teoria da Causa Madura, Código de Processo Civil, artigo 1013.*



Sentença, proferida em 11 de abril de 2018, pela eminente magistrada, Doutora Maricy Maraldi, extinguiu, por falta de interesse de agir, motivada pelo trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo, processo de cobrança por policiais militares de diferenças de quinquênios e sexta-parte de lustró anterior imediatamente anterior, fls. 349/353.

Apelação dos autores pelo acolhimento da postulação.

Recurso respondido.

As partes se manifestaram sobre a possibilidade de ação de cobrança do período anterior ao trânsito em julgado do mandado de segurança coletivo e sobre competência absoluta do Juizado Especial em causa de valor inferior a sessenta salários-mínimos por autor, fls. 414, 420/423, 425/429, 435, 441/442 e 446/455.

É o relatório.

Policiais militares, quinquênios e sexta-parte, diferenças de lustró anterior ao mandado de segurança coletivo 0600593-40.2008.8.26.0053.

Processo suspenso por determinação de 27-04-2018, da Turma Especial de Direito Público desta Corte, no IRDR 2052404-67.2018.8.26.0000, Tema 18.

Durante a suspensão, foi julgado o mérito do IRDR 0037860-45.2017.8.26.0000, Tema 17, em 24-06-2019, determinando, para fins de verificação da competência do Juizado Especial, a divisão do valor da causa entre todos os autores: *Tese firmada: Nos casos de litisconsórcio ativo facultativo, o valor atribuído à causa deve ser dividido entre todos os postulantes, para fins de fixação da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública (art. 2º, "Caput" - Lei Federal nº 12.153/2009).*

Em 02-09-2024, sobreveio o trânsito em julgado da decisão de mérito do IRDR, Tema 18, exigindo o trânsito em julgado do mandado de segurança coletivo para o ajuizamento das ações de cobrança relacionadas, ocorrido em 26-04-2022, retomado o curso dos processos individuais: *Tese firmada: O interesse de agir para ajuizamento da ação de cobrança embasada em Mandado de Segurança Coletivo nasce com o trânsito em julgado da sentença que decidir a impetração.*

Ação ajuizada em 16-01-2017, por dez autores, valor da causa de sessenta mil reais, que dividido pelo número de dez autores resulta inferior a sessenta salários-mínimos, portanto, dentro do limite de alçada dos juizados especiais, sem motivo de exclusão.

Competência de natureza absoluta, não sujeita a preclusão, devendo ser reconhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição, Código de Processo Civil, artigo 64, § 1º.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, recurso não conhecido, com determinação de remessa para o correspondente colégio recursal, sem anular a sentença, para deixar àquele órgão o exame da possibilidade de aplicar a Teoria da Causa Madura, conforme previsão do artigo 1013 do Código de Processo Civil.

Não comportando sustentação oral, eventuais embargos de declaração serão julgados em ambiente virtual, na forma da Resolução 549/2011 desta Corte.

EDSON FERREIRA DA SILVA
Relator